

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### A posse e a comercialização da terra na Colônia Rio Uruguay entre 1920 e 1950

Carlos Fernando Comassetto<sup>1</sup>

**Resumo:** A crise da produção e do trabalho escravizado no Brasil coincidiu com a transformação agrária promovida pelo avanço do capitalismo na Europa. Este processo motivou a tendência migratória interna e a travessia transoceânica de trabalhadores, sobretudo rurais, para a América. A Lei de Terras marcou o fim da concessão gratuita de terras e abriu caminho para a especulação imobiliária privada. Em meados do século 20, a ocupação territorial do Estado de Santa Catarina ocorreu principalmente com a atuação das companhias particulares de colonização. Um aspecto a ser considerado para a ocupação do Alto Uruguai Catarinense é a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. A comercialização de terras trouxe a lógica da acumulação capitalista. O objetivo principal dessa comunicação é estudar e compreender a atuação das companhias colonizadoras e do movimento migratório que promoveram a ocupação da região do Alto Uruguai catarinense, entre 1920-50, por colonos camponeses, tendo como eixo de estudo a Colônia Rio Uruguay.

**Palavras-chave:** terra, colonização, Alto Uruguai

**Abstract:** The agriculture crises production and the slavery in Brazil coincide with the agriculture transformation, promoted by the Capitalism System in Europe. This process/situation was the main reason why so many rural worker from Europe move to America. The Lands Law ends the free landing from government and created the real state speculations. The occupation of the actual area of Santa Catarina State it happens mainly with private colonization companies which demarked and sell the area. They demarked the area and sell it. The construction of the railroad called Sao Paulo Rio Grande in the middle of the XX century was decisively for the Alto Uruguay. The commercialization of such lands created the usual capital accumulations for the companies. The main purpose of this message is to understand the way the colonization company worked and the occupation of the region between the years 1920 to 1950 by land workers on the Colonia Rio Uruguay.

**Key-words:** land, colonization, Alto Uruguay.

#### Introdução

A crise da produção e do trabalho escravizado no Brasil coincidiu com a transformação agrária promovida pelo avanço do capitalismo na Europa, que “provocou a

---

<sup>1</sup> COMASSETTO, Carlos Fernando. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF), pesquisador do Núcleo de Estudos Histórico-Linguístico – NHEL. Professor da rede pública estadual de Santa Catarina. Pesquisa sem apoio de agência financiadora.

expulsão do camponês da terra”, transformando-o em trabalhador assalariado e dependente, não raro, empregado em ocupações esporádicas nos centros urbanos. Esse processo impulsionou a tendência migratória interna naquele continente e acelerou a travessia transoceânica de trabalhadores, sobretudo rurais, para as Américas.(CORTEZE, 2002: 35-40).

Para acelerar o processo colonizador, o governo provisório da República executou os princípios da Lei de Terras (Lei nº 601 de 18/09/1850), que dispunha sobre as terras *devolutas*. Com a Lei, o governo brasileiro determinou o fim da concessão gratuita de terras. A partir de então, a terra poderia legalmente ser adquirida através da compra com título de propriedade: abriu-se, dessa maneira, o caminho à especulação imobiliária privada.(ORTIZ, 2006: 02)

Durante o período de vagatura da Lei nº 601, em torno de quatro anos, a ordem pública estava desnordeada, “muitas legitimações de propriedades foram feitas de forma fraudulenta”. Em 25 anos, mais de 218.000 hectares passaram do domínio público para o domínio privado. Entre 1881 e 1889, foram negociados mais de 547.000 hectares. (ROCHE,1969: 118-9)

Na primeira metade do século 20, a ocupação territorial do atual Estado de Santa Catarina ocorreu principalmente através da atuação das companhias colonizadoras privadas, que lotearam e venderam boa parte do espaço geográfico catarinense. Com isso, apresentou-se uma nova ordem social, “já que a livre iniciativa capitalista florescia tão claramente”, para legitimar, o *desenvolvimento* através da colonização do Alto Uruguai catarinense. Assim, tanto os nativos (caingangues) quanto os caboclos, como são nominados os “brasileiros” pela fração de imigrantes e migrantes que colonizou a região pesquisada, não foram incluídos nessa ação.(HOBSBAWM, 2002: 63) (RENK, 1997: 10 e 11)

Centramos nosso estudo na formação da ocupação do espaço sócio-econômico regional, provocada pela migração interna do Rio Grande do Sul até a Colônia do Rio Uruguay, no oeste de Santa Catarina. O processo migratório envolveu, sobretudo, agricultores e pequenos proprietários de ascendência italiana e alemã.

Pretendemos compreender a disposição da ordem agrária na Colônia Rio Uruguay, no período histórico estudado, sua inserção econômica em Santa Catarina e no país. Observamos a geração de uma classe social dominante que, por meio do uso das relações políticas, do poder econômico, da legislação e da força, expulsaram nativos e caboclos das terras que utilizavam para sustentar a vida.

O objetivo principal deste trabalho é estudar e compreender a atuação das companhias colonizadoras e do movimento migratório que promoveram a ocupação da região

do Alto Uruguai catarinense, entre os anos de 1920-50, por colonos camponeses, tendo como eixo de estudo a Colônia Rio Uruguay, também conhecida como Colônia do Rio do Engano e Colônia Concórdia. No transcorrer do estudo pretendemos comprovar a nomenclatura.

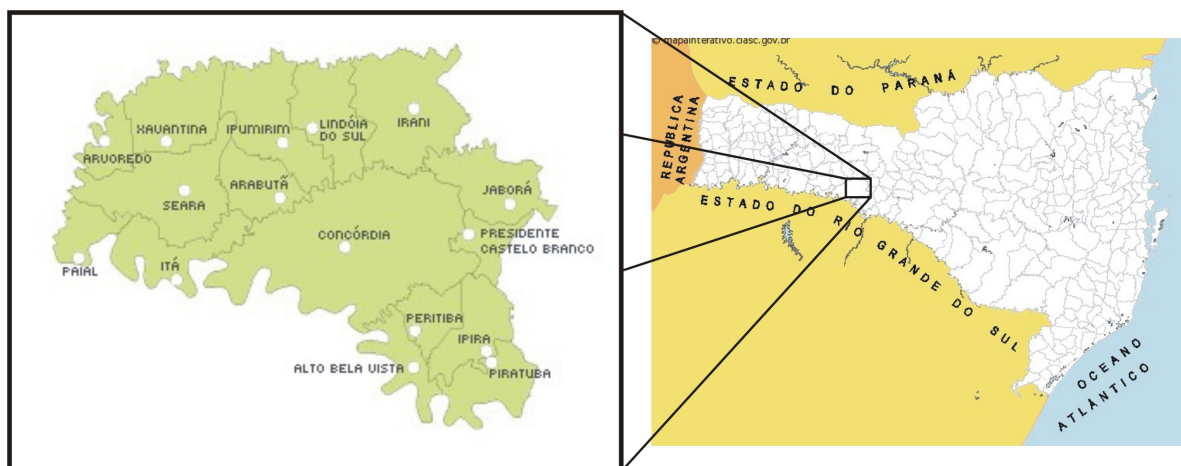


Fig. 1 – Mapa do Estado de Santa Catarina. Destacada a região do Alto Uruguai. [www.mapainterativo.ciasc.gov.br/#](http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/#) - acessado em 30/08/2006, às 10h00.

Não podemos ignorar os aspectos referentes às adversidades encontradas pelos colonos europeus nos primeiros tempos no Brasil. Enfeita-se o processo imigratório ao se ignorar aqueles que fracassaram na aventura americana, que viveram dura e pobremente por longos anos ou por toda a vida. Simples personagens de carne e osso, homens e mulheres, de verdade, e não semideuses mitológicos, que partiram, forçados, para tentar vencer, no novo mundo, a luta que haviam perdido no velho. Aos derrotados na luta pela sobrevivência, é negado o direito de participarem na saga americana, comprometida com o sucesso desde o começo.

O artigo é parte integrante da dissertação, em andamento, de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), sob a orientação do professor dr. Mário Maestri.

## A Europa

No século 19, na Europa Ocidental, as transformações sociais, políticas e econômicas ocorreram através da navegação e da construção de uma ampla rede ferroviária. No norte da Europa, aprofundaram-se as transformações na agricultura, num sentido mercantil. Observou-se que este processo capitalista não se desenvolveu de modo uniforme,

nem mesmo dentro do continente europeu. “Isto proporcionou uma gigantesca alteração na vida diária de milhões de europeus”. (MACHADO, 1999: 43-4)

Cada passo no desenvolvimento econômico foi acompanhado pela transformação política. Cada vez mais das ruínas da sociedade feudal, brotou a burguesia moderna, que, para Karl Marx, “significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios de produção e empregados assalariados”, instalou a indústria manufatureira, estabeleceu um novo sistema de produção e incorporou novos mercados. A nova classe financiou enormemente o comércio, a comunicação por terra, que originou cidades enormes. Em 1850, por primeira vez na história, a população urbana de muitos países europeus superou a rural.(MARX, 1998: 9-63)

### **O europeu não português**

A exceção da introdução de casais açorianos, em meados do século 18, a primeira leva de emigrantes europeus não portugueses, com fins de colonização territorial, patrocinada pelo Governo Imperial Português, no Brasil, ocorreu em 1819.

A Corte Real Portuguesa retorna para Lisboa em 1821 e no Brasil foi proclamada a independência em 1822. Ambos acontecimentos não alteraram a política de colonização iniciada por dom João VI e continuada pelo seu filho e Imperador dom Pedro I. “Além do mais, a Independência foi realizada e aproveitada, em grande parte, por personalidades e pequenos grupos ou comunidades urbanas”, sob a hegemonia dos grandes comerciantes e produtores escravistas.(CARVALHO, 2005: 36)

### **Os alemães em Santa Catarina**

Em 1828, desembarcam em Desterro, atual Florianópolis, os primeiros imigrantes alemães. Destinados ao núcleo colonial de São Pedro de Alcântara, localizado a 31 km da atual capital do Estado. Em 1º de março de 1829, iniciou-se oficialmente a colonização. Desde o desembarque no porto do Rio de Janeiro, até a ocupação territorial da colônia, os imigrantes foram alojados e assistidos pelo governo brasileiro, receberam inclusive uma diária de 160 réis para compensar o atraso pela não demarcação do lote e sua transferência definitiva.(PIAZZA,1983: 246)

Enquanto no Rio Grande do Sul havia condições favoráveis, solo fértil, proximidade com o centro consumidor, em Santa Catarina as adversidades naturais impossibilitaram resultados positivos. Bem diferente da trajetória de sucesso apresentado

pelas colônias de São Leopoldo e Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul, o fracasso da colônia de São Pedro de Alcântara, desmente a explicação do *sucesso* da ocupação colonial-camponesa do território pelo fator étnico.(MAESTRI, 2005: 20)

### **O Oeste catarinense e a Guerra do Contestado**

A demarcação dos limites entre a América Espanhola e América Portuguesa aconteceu segundo Mario Maestri, com “o Tratado de Madrid, pactuado entre Portugal e Espanha, [...] que constitui tentativa de solução pacífica global das desavenças territoriais ibéricas na América”. O artigo V deste Tratado descrevia o limite português e a Colônia espanhola, determinando que a fronteira subiria do rio Uruguai pelo leito do seu afluente Peperi, até encontrar o rio Iguaçu. Sabe-se que desde a assinatura do tratado, inúmeros outros o sucederam em busca de uma precisão quanto aos limites hidrográficos dos dois domínios.(MAESTRI, 2006: 22)

Em 1881, o território compreendido do planalto catarinense até as matas argentinas foi palco de disputa internacional. Na Argentina, foi conhecida como *Cuestión de Misiones*, no Brasil, como Questão de Palmas. Durante o século 19, foram superados diversos problemas territoriais, contudo entre Brasil e Argentina predominou uma rivalidade latente na busca por uma posição hegemônica no contexto sul-americano.(CARVALHO, 2005: 148)

A Guerra do Contestado é um dos principais episódios bélicos e um dos mais importantes movimentos sociais da história brasileira. No período compreendido entre 1912-16, na área disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, denominada região do Contestado, uma luta pela propriedade da terra levou às armas cerca de vinte mil pessoas. Os sertanejos enfrentaram as forças militares dos dois Estados e cerca da metade do efetivo do Exército da República Velha, deslocado e encarregado da repressão. (COMASSETTO; AMADOR, 2006)

Dos sobreviventes, prisioneiros de guerra, muitos continuaram habitando a região. Tornaram-se ocupadores de terrenos devolutos e alguns escolheram o Alto Uruguai para nascer de novo. Apesar de sua dimensão, o acontecimento foi negado nos livros escolares, esquecido pela historiografia e praticamente apagado pela memória nacional, até há poucos anos. (MACHADO, 2004: 324)

### **Alto Uruguai catarinense: a região pesquisada**

O Estado de Santa Catarina atualmente está organizado em 21 associações, totalizando 293 municípios. Destaca-se, entre elas, a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), com dezesseis municípios. Nos seus limites encontra-se uma fauna de grande valor e quantidade diversificada, tendo um número expressivo, principalmente de pequenos animais e diversas espécies de aves. “Uma cobertura vegetal, diversificada, com *cedros, imbuías, canelas, perobas, araucária*, em especial o *pinheiro*, exploradas pelas empresas colonizadoras e ou madeireiras”. (WOLOSZYN, 2006: 214)

A hidrografia é marcada pelo rio Uruguai e pelo rio Irany; os demais são considerados riachos. O rio Uruguai, não tem direito a leito: tem calha, cavada no basalto por sucessões de corredeiras. É um rio diferente. O rio Canoas, um pouco mais ao norte e o rio Pelotas mais ao sul. Quando chegam em Campos Novos, os dois se juntam e formam o rio Uruguai. Os dois descem rápido, formam corredeiras, grotas, cascatas, cachoeiras e peraus. Muitos trechos não são navegáveis, exceto quando as enchentes encobrem os saltos. (ITÁ, 2004: 23–58)

O conhecimento sobre grupos humanos que ocupavam o vale do Rio Uruguai, através de pesquisa antropológica, recua, de acordo com as datações pelo processo de radiocarbono, a 8.640 A.C. até 1.735 D.C., fundamentado nos relatórios técnicos do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai – Barragem Itá. (GOULART, 1997: 2)

Os grupos nativos que viviam no Brasil, bem como seus descendentes, são erroneamente tratados, em algumas literaturas, como *índios*. Comunidades nativas de caçadores-coletores, de língua jê povoaram, esparsamente, parte dos territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai e dos três estados do Sul do Brasil sendo subdivididos em *caingangues, choclengues e carijós*. A história da aculturação, da destruição e extermínio dessas comunidades apenas começa a ser escrita. (COMASSETTO, 2006: 151-3)

### **As companhias colonizadoras**

Com a extensão de terra recebida do governo imperial, como pagamento pela construção de uma ferrovia, através do Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, posteriormente, renovado no governo republicano pelo Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890, a empresa controladora *Brazil Railway Company* iniciou o serviço de exploração e ocupação

territorial. Em 1906 assumiu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, que era a concessionária titular para a construção da ferrovia. Cessionária de uma extensão contígua de terras, a partir do eixo da estrada, de 15 km para cada lado, para efeitos de colonização. Foi o que fez a *Brazil Development and Colonization Company*, controlada pela *Brazil Railway Company*, com a extensão territorial denominada como Colônia do Rio Uruguay.<sup>2</sup>

Várias outras empresas exploradoras do comércio de terras fixaram-se na região. Elas encaminharam famílias de origem italiana e alemã procedentes do Rio Grande do Sul. A colonização caracterizou-se pela pequena propriedade colonial-camponesa, que permitiu um aglomerado mais denso das populações. A seguir as principais empresas que atuaram na Colônia Rio Uruguay.<sup>3</sup>

### **Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.**

Em 1894, o engenheiro João Teixeira Soares, brasileiro, financista de múltiplos negócios, transferiu da Companhia União Industrial dos Estados do Brazil para a companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, a concessão titular para a construção da via-férrea entre os municípios de Itararé, no presente estado de São Paulo, até a estação de Boca do Monte, no município de Santa Maria, no atual estado do Rio Grande do Sul. O negociante recebeu conforme o Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, do decadente governo imperial brasileiro, a cessão gratuita de terrenos *devolutos*. Posteriormente, renovado no governo provisório republicano, pelo Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890, uma zona máxima, a partir do eixo da estrada numa extensão de 15 km para cada lado. Em 9 de novembro de 1906, a *Brazil Railway Company*, assumiu, o controle acionário da Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) e a construção da ferrovia. Cabia a empresa estadunidense uma remuneração de 8% do capital que viesse a empregar na obra.(FERREIRA, 1992: 32)

---

<sup>2</sup> Seção de coleções especiais, [www2.camara.gov.br/Internet/legislação/legin.html](http://www2.camara.gov.br/Internet/legislação/legin.html). Acessado em 06 de fevereiro de 2007, às 15h00

<sup>3</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Nº 04, 3ª fase, 1982-1983, Direção Jali Meirinho. pp. 307 a 313.

**Southern Brazil Lumber and Colonization Company e Brazil Development & Colonization Company** empresas controladas pela **Brazil Railway Company**.

Otto Deiss era o responsável pela venda de imóveis em Rio do Peixe e Carlos Muller pela área no rio Uruguai. Eram da companhia estadunidense as concessões de terras denominadas como: Lageado do Leãozinho, Rio do Peixe, Rio Uruguay, Rancho Grande, propriedade do Rio do Engano, entre outras. Na propriedade do Rio do Engano a porção de terras atingia mais de 107.000 hectares. A *Brazil Development & Colonization Company* negociou a área com a empresa Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.

**Empresa povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão.**

A Empresa povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão, sediada em São Paulo, dirigida pelo francês Theodore Jean Leon Capelle possuía 1.244 lotes rurais; 75 lotes urbanos e três chácaras. Além disso, mais 50 lotes da fazenda de Parampo. A empresa negociou com a *Brazil Development & Colonization Company* a gleba Rancho Grande, aproximadamente 32.500 hectares.

**Luce, Rosa & Cia. Ltda.**

A empresa foi constituída em 1910, em Porto Alegre, pelos proprietários Adolpho Guilherme Luce, Thimóteo da Rosa e José Petry. Adquiriu em 1883 terras da baronesa de Limeira, nas margens do rio Uruguai. Apostou na especulação imobiliária com a construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. A Luce, Rosa & Cia. Limitada foi a primeira empresa a colonizar glebas de lotes no território do Contestado. Inicialmente, dividiu 3.641 lotes coloniais com 24,2 ha. cada. Explorou lotes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No lado catarinense, foram formadas as colônias de Nova Santa Cruz, a Fazenda Barra Grande e Nova Teutônia (município de Arabutã), a Colônia Uvá e a Colônia Poço Rico (no atual município de Itá), Monte Alegre, Nova Milano e São Raphael (hoje município de Chapecó). A companhia vendeu terras para a Sociedade Bertaso Maia & Cia., que comercializou a área onde agora se encontra o município de Chapecó (SC).

### **Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.**

Em 9 de março de 1938, ocorreu o pedido de registro de firma e contratos de formação de uma sociedade civil, tendo como objeto a venda de terras para colonização mediante o pagamento à vista, podendo, no entanto, ser ampliados os negócios sociais a juízo dos gerentes abrangendo qualquer especulação lícita. A sociedade, com sede em Marcelino Ramos (RS), foi constituída inicialmente com capital social de R 700.000.000 (setecentos contos de réis), formado da seguinte maneira: João Mosele; Leonel Mosele; Rodolfo Ahrons; Alexandre Ahrons; Abramo Eberle & Cia e Hugo Gerdan, contribuíram com R 100.000.000 (cem contos de réis). Os sócios Eberle, Ludwig & Cia e Hugo Ahrons contribuíram com R 50.000.000 (cinquenta contos de réis). (RÜBENICH, 2002: 145-50)

Os gerentes receberam como honorários em remuneração pelo seu trabalho 12% sobre o valor das vendas efetuadas, assim, distribuídos: 2% para o gerente Alexandre Ahrons e do restante 5% para o gerente João Mosele e igual porcentagem para Leonel Mosele.

A empresa adquiriu da *Brazil Development & Colonization Company* 3.346 lotes coloniais. Em 1925 assumiu o encargo de colonizar a gleba “Rio Engano”. Em 1932, na sua Colônia Rio Engano, dividiu, 3.638 lotes rurais, 256 lotes urbanos e 26 chácaras (futura colônia Concórdia).

Esta pesquisa se encontra em desenvolvimento, ainda buscamos informações sobre as seguintes companhias: **Colonizadora Brum; Ângelo De Carli & Cia; Nardi, Rizzo, Simon & Cia.** e sobre a **Empresa Moule**, essa última iniciadora da divisão da colônia Concórdia, no lugar denominado “queimados”.

### **Bibliografia**

CARVALHO, Haroldo L. **A trama da integração.** Soberania e identidade do Cone Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

COMASSETTO, Carlos F.; BISON, Cleonice.; FAVERO, Márcio.; DALLA ROSA, Zelir. **História de Concórdia no período anterior a sua emancipação.** In: ZOTTI, Solange A. (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional.* Universidade do Contestado (SC) UnC-HISED. 2006.

COMASSETTO, Leandro Ramires. AMADOR, Milton C. P. **Guerra do Contestado: memória reconstruída em museu virtual.** Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História. Florianópolis: UFSC, 2006.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in américa: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FERREIRA, Antenor Geraldo Z. **Concórdia: o rastro de sua história**. Concórdia: [s.ed.] Fundação Municipal de Cultura. 1992.

GOULART, Marilandi (coord.). **Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai – Barragem Itá – Introdução**. Itajaí: UNIVALI, 1997. v. I.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização no Império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul 1875-1914**. 2 ed. ver. e ampl. Passo Fundo: UPF, 2005.

MAESTRI, Mário. **Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais. V. 1 - A ocupação do território** - Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.

MANFRÓI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lucia Como. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do rio grande do sul (Soledade – 1850-1889)**. Passo Fundo: PPGH- UPF 2006. 203 pp. [Dissertação de mestrado]

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC. Lunardelli, 1983.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RÜBENICH, Wilmar Wilfrid. **Marcelino Ramos: a guerra e o pós-guerra do Contestado**. Erechim: São Cristóvão, 2002.

WOLOSZYN, Noeli. **Os Trabalhadores do Rio: Balsas e balseiros do Alto Uruguai 1930-1960**. Passo Fundo: PPGH-UPF 2006. 214 pp. [Dissertação de mestrado]

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Nº 04, 3ª fase, 1982-1983, Direção Jali Meirinho. Redação Walter Fernando Piazza e Carlos Humberto Corrêa.

**Coleção de Monografias Municipais**, nova série – nº 255, de 1982. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. ISSN 0102-1087. Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

**ITÁ - Memória de uma Usina** - Consórcio Itá Tractebel Energia S.A. Produzido entre agosto e outubro de 2000. Florianópolis: Editora Expressão Sul, 2004.